

# **A DIMENSÃO REGIONAL DA AÇÃO SINDICAL: OS METALÚRGICOS DO ABC<sup>1</sup>**

*Iram Jácome RODRIGUES<sup>2</sup>*

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão sobre a ação do Sindicato Trabalhadores Metalúrgicos do ABC – STM ABC - no período recente, entendendo as transformações ocorridas na atividade dessa instituição como uma nova fase da ação dos metalúrgicos. Discute-se o papel desempenhado pelas estratégias sindicais adotadas para criação de uma nova dinâmica, focada no desenvolvimento local e regional do espaço territorial de sua jurisdição. A atividade do sindicato tem sido, desde a década de 90, formular, negociar, e coordenar formas de desenvolvimento regional/local. Nucleia tal atividade do sindicato um forte papel aglutinador.

**Palavras-chave:** Ação sindical. Relações de trabalho. Metalúrgicos-ABC. Desenvolvimento regional.

## **Introdução**

As últimas décadas do século passado e o início deste têm assistido a uma verdadeira revolução no mundo do trabalho. Alguns autores caracterizam esse processo como sendo quase tão expressivo quanto o fenômeno da Revolução Industrial com todo seu corolário de transformações para a sociedade do século XIX.<sup>3</sup>

Os anos 1950 foram fundamentais para a ação sindical. No capitalismo do Pós-Guerra os sindicatos foram amplamente reconhecidos e seu poder se consolidou enormemente. Nos últimos anos, no entanto, as grandes organizações industriais que, em alguma medida, representavam a força do trabalho organizada foram, paulatinamente, sendo consideradas obsoletas. Competição global, recessão, e

---

<sup>1</sup> Esta é uma versão modificada do texto, **Sindicalismo e Desenvolvimento Regional: a experiência dos metalúrgicos do ABC**, apresentado no Seminário Temático – ST26, “Trabalho, sindicato e os desafios do desenvolvimento”, XVIII Encontro Anual da ANPOCS – 26 a 30 de outubro de 2004, Caxambu – MG.

<sup>2</sup> USP – Universidade de São Paulo - Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Pesquisador do CNPq. São Paulo – SP – Brasil. 05508-900 - ijrodrig@usp.br

<sup>3</sup> Ver, entre outros, Castells (2000); Hyman (2002a, 2002b); Munck (1999, 2002); Waterman (1999).

incertezas econômicas crescentes, em alguma medida, colocaram em crise<sup>4</sup> o sindicalismo e as bases institucionais nas quais ele se desenvolveu (WESTERN, 1999, p.193). O contexto de tais mudanças relaciona-se às significativas transformações no mundo do trabalho, iniciadas nos anos de 1970, notadamente nos países centrais. Resultantes do aparecimento de novas formas de organização da produção nas empresas e de mudanças substanciais na composição das classes trabalhadoras. Nos últimos trinta anos o setor industrial deixou de ser predominante em termos de ocupação de mão-de-obra, sendo substituído pelo setor de serviços. Estas mudanças têm trazido novos desafios para a ação sindical.

Ocorreu uma diminuição importante do número de postos de trabalho ocasionada principalmente pela reestruturação das empresas. Em consequência, um novo modelo de organização industrial e, concomitantemente, de relações de trabalho, estaria surgindo: o chamado modelo de acumulação flexível ou toyotismo que se contraporia à tradição fordista-taylorista.

Se o fordismo pressupõe rigidez das formas de organização da produção, o chamado modelo de acumulação flexível representaria adaptação, flexibilidade (HARVEY, 1992). Esse processo se manifesta nas condições do mercado de trabalho mais flexível e em padrões de consumo mais individualizados. Esses fatores têm sido responsáveis, nos diversos setores econômicos, pela perda de postos de trabalho e, em contrapartida, pela diminuição da força dos sindicatos.

Esse processo, certamente, não é retilíneo. Belussi e Garibaldi (1997), chamam a atenção para o fato de que as transformações que estariam ocorrendo nas chamadas “sociedades pós-fordistas”, incorporariam elementos do velho sistema taylorista-fordista e que, em muitos casos, velho e novo aparecem imbricados. Estes autores consideram, com razão, uma idéia exageradamente simplista a tese da dicotomia entre os “velhos” e os “novos” tempos. Além disso, se perguntam se o padrão que, aparentemente, é o dominante na indústria automobilística poderia dar as condições para um modelo mais geral para a reestruturação do sistema econômico e se o chamado modelo japonês seria tão revolucionário a ponto de mostrar para o mundo um exemplo acabado de práticas anti-tayloristas válidas para serem usadas como uma fórmula pronta. Em outras palavras, a sugestão analítica proposta é a de que a reestruturação do sistema industrial necessita ser interpretada

<sup>4</sup> Para uma discussão da noção de crise e a distinção entre crise e declínio ver, Leôncio Martins Rodrigues, (1999, p.20-21). Para o autor, “crise é uma alteração súbita nos rumos de um processo, uma ruptura de uma situação de equilíbrio ou de um desenvolvimento que até então seguia rumos normais, quer dizer, previsíveis. No uso comum, o termo é utilizado com o significado de uma mudança negativa, indicando uma conjuntura perigosa, uma fase difícil de um sistema econômico, de um regime político, de uma instituição, de uma relação social”. Já declínio seria “entrar em decadência, decair, perder vitalidade de modo inexorável, ainda que o ritmo possa ser mais lento ou mais rápido”.

em termos da governança de diferentes sistemas de produção e/ou da imbricação destes sistemas.

De outra parte, Regini (1994) observa que poderíamos encontrar do ponto de vista histórico, na segunda metade do século XX, três momentos marcantes da ação trabalhista nos países da Europa Ocidental: o primeiro, diz respeito à fase de mobilização coletiva e da relação entre sindicatos e trabalhadores – período que vai do final dos anos sessenta ao início dos setenta. A questão central, naquele momento, para o desenvolvimento do movimento trabalhista foi a relação entre os sindicatos e os trabalhadores; o segundo momento, entre meados dos setenta e início dos anos oitenta, se caracterizou pela relação entre os trabalhadores e o Estado, ou seja, foi o período da concertação; o terceiro período está relacionado com as mudanças ocorridas no interior da produção e das várias facetas da relação entre empregados e gerência, expressos, principalmente, pela flexibilização, o que, grosso modo, corresponde à segunda metade dos anos oitenta. Com relação aos anos noventa o autor traça alguns cenários e analisa várias questões acentuando, como uma das possibilidades, o ressurgimento de alguma forma de concertação, reaparecimento que, talvez, poderia ocorrer com “um baixo grau de formalização”.

Na verdade, os anos noventa representaram, com poucas exceções, a continuidade de um amplo processo de flexibilização. Seja dos contratos de trabalhos, da organização da produção, da jornada de trabalho e dos salários. Para Beck (2000), a experiência recente dos países capitalistas maduros seria expressão de um processo de “brasilianização” das relações de trabalho. Isto é, no âmbito do mercado de trabalho este fenômeno estaria trazendo um aumento da insegurança e da precarização das condições de trabalho para os empregados.

Além disso, o autor, utilizando o mesmo arcabouço analítico do debate sobre fordismo e pós e/ou neofordismo, introduz o conceito de regime de risco para analisar o que chama de transição da primeira para a segunda modernidade. Procura, assim, dar ênfase aos aspectos que estão presentes tanto em um caso como no outro e, ao mesmo tempo, traz para a discussão uma outra abordagem no entendimento dessas mudanças. De acordo com Beck, o debate em curso, no que tange ao desenvolvimento e crise da produção em massa, consumo de massa e pleno emprego regulamentado no fordismo, o que corresponde, aos quadros de uma sociedade padronizada na fórmula política do keynesianismo, pertence ao paradigma da primeira modernidade. Já na segunda modernidade, o regime de risco prevalece em todos os campos. Seja na economia, na sociedade ou na política. Neste caso, a distinção apropriada é: não entre uma economia industrial ou pós-industrial ou fordista e pós-fordista, mas em aspectos tangíveis como segurança, certezas e fronteiras claramente definidas da primeira modernidade e as inseguranças, incertezas e perdas de limites territoriais na segunda modernidade (BECK, 2000, p.69-70).

Isto significa dizer que, a especificidade do regime de risco é a exclusão de qualquer possibilidade de restabelecimento das antigas certezas do trabalho padronizado, das histórias de vida padronizadas, do velho estilo do Estado de Bem Estar Social: economia e política do trabalho em bases nacionais. Vale dizer, o conceito de risco refere-se à principal questão da segunda modernidade, cuja “lógica” governa as novas formas e imagens da economia, do trabalho, da sociedade e da política. Por exemplo, onde no fordismo aparecia a padronização do trabalho, no regime de risco surge uma individualização do trabalho (BECK, 2000, p.69-70)<sup>5</sup>.

O fato é que, na década de 90 do século XX foram levadas às últimas conseqüências as mudanças que começaram a ser desenhada nos anos 80. A reestruturação mundial, por exemplo, ceifou milhões de postos de trabalho. Nos países desenvolvidos o sentido real do trabalho mudou, bem como a coesão social, a consciência dos trabalhadores e o papel desempenhado pelos sindicatos (MUNCK, 1999, p.4).

De toda forma, a dinâmica das mudanças do mundo do trabalho trouxe a questão da flexibilidade como um tema central para o entendimento desse processo. Essa flexibilização se expressaria, principalmente, de cinco diferentes formas: 1) flexibilidade numérica externa: os empregadores decidem quantos empregados querem em qualquer momento; 2) externalização: várias formas de sub-contratação ou atividades fora do local de trabalho (trabalho doméstico); 3) flexibilidade numérica interna: jornada de trabalho e turnos decididos de acordo com as necessidades dos empregadores; 4) flexibilidade funcional: atividades de trabalho e rotação de tarefas de acordo com as necessidades dos empregadores; 5) flexibilidade salarial: salários reajustados de acordo com a “performance” e produtividade dos empregados (VAN DIJK 1995, p.229 apud MUNCK, 1999, p.6).

O conjunto destas transformações, de outra parte, tem trazido enormes dificuldades para a ação do sindicalismo. As respostas a esta questão, bem como a compreensão de seu significado para a ação sindical não é consensual. Waterman (1999, p.247-248), observa a existência de, pelos menos, três diferentes abordagens. A primeira, mantém a idéia da centralidade do capitalismo e a primazia da contradição capital/trabalho; a segunda visão concebe a época atual como uma sociedade pós-capitalista, pós-industrial, pós-marxista, pós-histórica e/ou pós-moderna e enxerga os novos sujeitos sociais, identidades e movimentos como substitutivos da classe trabalhadora; a terceira possibilidade, seria propor uma nova conceitualização e ampliação do entendimento da idéia de trabalho, bem como do papel desempenhado pelos movimentos sociais. Enfim, uma abordagem que reconheceria, nestas mutações, tanto aspectos de continuidades quanto de transformações.

<sup>5</sup> Para uma discussão dessas “incertezas” ver Sennett (1999)

A crise vivida pelo sindicalismo, segundo Waterman, estaria além da política, da ideologia ou de uma área específica do mundo e, ao mesmo tempo, estaria para além da própria natureza e forma da ação sindical. Estas questões se deveriam, basicamente, a três aspectos: 1) Uma revolução no capitalismo que tem sido tão profunda e significativa quanto aquela do artesanato para a produção industrial; 2) A transformação do processo de internacionalização do capital para o fenômeno da globalização da sociedade e, 3) A passagem de um capitalismo que era mais simples para uma forma de capitalismo mais complexa.

Os obstáculos à atividade sindical se colocam, principalmente, em decorrência de que historicamente as ações trabalhistas sempre se pautaram pela demanda de acesso a bens e/ou poder públicos e privados para o trabalhador nacional. Por isso, o sindicato tem encontrado muitas dificuldades para enfrentar a chamada revolução micro-eletrônica e o fenômeno de globalização da sociedade. Nesse processo, o que se tem observado é que as reivindicações, muitas vezes, se espraiam, do nível econômico e/ou político para a sociedade como um todo e, de outra parte, em muitos casos, muda do âmbito nacional, tanto para a esfera local quanto em direção à esfera global.

Além disso, nestes últimos anos, alterações no âmbito do trabalho têm trazido profundas conseqüências para a ação sindical e, conforme argumenta Beynon (2002, p.18, grifo do autor), um dos principais resultados é o crescimento dos “trabalhadores hifenizados”: Desse modo, o final do século XX assistiu ao aumento expressivo desse tipo de empregado: “*part-time-workers, temporary-workers, casual-workers e self-employed-worker* [e] ao adentrarmos no século XXI, esses ‘trabalhadores hifenizados’ estarão se tornando parte cada vez mais significativa da economia”. Esse é, pois, um obstáculo adicional ao trabalho organizado.

Estas transformações ocorridas no sistema capitalista deixaram para trás aquela estrutura ocupacional que foi dominante no período do fordismo. Desse modo,

[...] uma classe trabalhadora industrial, concentrada geograficamente e homogênea socialmente de trabalhadores semiqualeificados nas empresas está sendo substituída, cada vez mais, por uma força de trabalho que é geograficamente dispersa: trabalhadores domésticos, em tempo parcial, subcontratados, em pequenas cidades, vilarejos e países distantes [...] [Assim], o sindicato tradicional, baseado no modelo de trabalho vitalício, de tempo integral em larga escala do trabalhador masculino, empregado no setor público ou privado é crescentemente menos relevante e menos eficaz. (WATERMAN, 1999, p.249).

Durante o século XX, nos países centrais, a ação sindical ocorreu *pari passu* ao desenvolvimento do capitalismo. Vale dizer, as estratégias do sindicalismo estavam

associadas a cada momento vivido pelo capital. Nos primeiros tempos um embate duro, de classes. De um lado, os setores que buscavam sua inclusão na sociedade da época e, de outro, aqueles que desejavam manter o *status quo*. Esse processo se desenrola, em que pese diferenças nacionais, até final dos anos 30 e início dos 40 do século passado; o segundo momento, grosso modo, se estende do final da Segunda Guerra Mundial até início dos anos 1970. É o período de construção do Estado de Bem-Estar Social e que expressava uma aliança “tácita” entre três setores importantes: as grandes empresas, o governo e as centrais sindicais e/ou grandes sindicatos de trabalhadores.

Este é o momento em que ocorre uma ampliação extremamente significativa dos direitos sociais, da cidadania e a real inclusão das classes trabalhadoras à sociedade de consumo. Ao mesmo tempo, em grande parte dos países europeus se assiste, neste período, à chegada ao poder dos partidos social-democratas que possuem ampla base junto aos trabalhadores. Já o período que se inicia nos anos 1970, em certa medida, desestrutura parte do arcabouço anterior do contrato social e muda a configuração em que os atores sociais atuavam. Essas mudanças resultaram no aparecimento de novas formas de organização da produção nas empresas e mudanças substanciais na composição das classes trabalhadoras. Nas últimas três décadas o setor industrial deixou de ser predominante para a ocupação de mão-de-obra sendo substituído pelo setor de serviços. O impacto sobre as relações de trabalho foi imediato: os sindicatos perderam aderentes e, ao mesmo tempo, ocorreu uma acentuada diminuição do conflito industrial nos países de capitalismo maduro.

Diante de um mundo que vive o cenário de uma crise, sem precedentes, do emprego o principal desafio da instituição sindical é aumentar sua capacidade de organização e mobilização e, ao mesmo tempo, manter a sua identidade. E isso, aparentemente, só será possível com uma ação e um discurso mais afirmativos. No caso brasileiro, como sublinhado acima, no período mais recente de nossa história, a reorganização do sindicalismo ocorreu do final dos anos setenta a meados dos oitenta. Foram anos de construção e afirmação de uma identidade coletiva das classes trabalhadoras, época em que, diante da intransigência patronal e do clima político no país, o confronto e a contestação eram os únicos caminhos para se chegar à negociação. Já o período que se abre com a década de 1990 traz contornos diversos para a ação sindical. Diante do processo de reestruturação industrial, das privatizações, da abertura comercial, das mudanças no cenário da produção, da organização do trabalho e acentuada dispersão da atividade dos trabalhadores, a estratégia sindical mudou.

Desse modo, este estudo procura refletir sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, neste período, tendo como pano de fundo a investigação sobre o padrão de ação sindical dos metalúrgicos do ABC. Esta camada de ativistas,

particularmente aqueles oriundos das grandes empresas montadoras da região, desempenharam um papel significativo no panorama político-social do País, nos últimos anos, bem como conseguiram, com sua atuação, transformar aspectos importantes da relação capital/trabalho no Brasil. No caminho, eles enfrentaram as difíceis condições de trabalho no interior das empresas na década de 1970, quando imperava o autoritarismo da média e pequena gerência; dificuldades também com relação às atividades sindicais que eram vedadas nos locais de trabalho e, no âmbito sócio-político, as conseqüências do regime militar.

A despeito dessas condições adversas este grupo de trabalhadores conseguiu com suas ações reconstruir o movimento sindical no final dos anos 1970 e início dos 80 e, serem um paradigma para a ação trabalhista nas últimas décadas do século passado. As grandes greves, as assembléias plebiscitárias, as demandas mais gerais por direitos na sociedade, as incursões na esfera política já apontavam uma singularidade nesta *praxis* sindical que a diferenciava, em muitos aspectos, das outras experiências do sindicalismo brasileiro. Suas ações se pautavam, em larga medida, por um equilíbrio entre, de um lado, a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho e, de outro, a sensibilidade para com as demandas de seus representados, bem como uma dimensão sócio-política, em suas ações, naquelas esferas não-propriadamente sindicais e/ou trabalhistas.

A década de 1990 assistiu a uma mudança significativa na concepção deste sindicalismo. Ocorreu uma atenuação do conflito e o sindicato passou a desenvolver muitas iniciativas que escapavam, em muito, dos velhos temas sindicais. Poderia ser dito que houve uma mudança tanto nas condições objetivas quanto subjetivas na ação destes trabalhadores. Isto é, as transformações no mundo do trabalho foram de tal monta que provocou uma mudança na concepção sindical. Nestes anos recentes, este sindicato tem desempenhado, de fato, o papel de indutor de políticas públicas para a região e, neste aspecto, tem funcionado como uma instituição formuladora, negociadora e, em muitos aspectos, coordenadora de ações voltadas para o desenvolvimento regional.

A mudança na estratégia sindical dos metalúrgicos do ABC se deve, certamente, à tentativa de diminuir os impactos mais perversos do processo de reestruturação industrial nas empresas da região. O tema central continua sendo a questão do emprego: a realidade do desemprego e da desindustrialização, no âmbito regional, foi um dos fatores que levaram a essa nova fase. Vale dizer, a diminuição dos postos de trabalho, nestes últimos quinze anos, funcionou como uma verdadeira espada de Dâmocles para os trabalhadores e ensejou a construção de uma nova concepção da ação sindical. O que chama a atenção, no entanto, é a maneira como essa estratégia foi sendo construída nos últimos anos.

A literatura mostra que, nos momentos de prosperidade, a ação sindical se dirige mais às empresas que ao Estado em busca de melhores salários; no entanto, em momentos de recessão o sindicato se volta para o Parlamento, para o Executivo, na expectativa de atenuar os efeitos negativos destas conjunturas e, por isso, pode concentrar parte de sua atividade na defesa de políticas públicas que funcionariam como freios às perdas das classes trabalhadoras. A dinâmica da globalização tem levado, nos países em desenvolvimento, a políticas de ajustes macroeconômicas, em geral, recessivas. Essa seria uma das vertentes explicativas da nova configuração do sindicalismo-ABC. No entanto, a dinâmica de atuação deste atores, nos últimos quase trinta anos, mostrou algumas especificidades que, de alguma forma, extrapolaram esta dicotomia. Por exemplo, mesmo em momentos de relativo crescimento econômico suas práticas associavam as demandas do cotidiano fabril a reivindicações mais gerais na esfera pública.

No caso da experiência estudada, a relação entre o âmbito local/regional *versus* global foi, sem dúvida, uma condicionante da ação destes atores sociais. A questão é se o caso dos metalúrgicos do ABC é expressão intrínseca das peculiaridades da região ou se pode ser levado para outras áreas do País. Aparentemente, é muito difícil a reprodução das condições presentes neste espaço territorial para outros Estados e/ou municípios do País. Este é um dilema e também um desafio para o Sindicato dos metalúrgicos do ABC.

## A pesquisa

Este artigo faz uma reflexão sobre a ação do sindicalismo-ABC<sup>6</sup> nestes últimos anos, abordando o impacto que este movimento desempenhou na esfera política quando de sua emergência e se detendo, principalmente, nas mudanças que ocorreram com esta corrente sindical a partir da década de 1990. O texto também relaciona a estratégia utilizada, na década de 1970, com os desafios e perspectivas atuais da atividade trabalhista no Brasil diante do processo mais geral de transformações econômicas, sociais, políticas e seus impactos no mundo do trabalho.

Partindo desta experiência, no período recente, este estudo procura discutir os impasses enfrentados por este padrão de ação sindical tendo como pano de fundo as transformações do trabalho e do sindicalismo nestas quase três décadas e o padrão de atividade dos metalúrgicos do ABC, bem como suas práticas inovadoras,

<sup>6</sup> O sindicato dos metalúrgicos do ABC abrange os trabalhadores deste ramo em São Bernardo do Campo, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e Santo André. No caso de Santo André há uma disputa que ainda não foi resolvida pela justiça sobre qual a instituição que representaria os metalúrgicos desta cidade. Assim, apenas os trabalhadores metalúrgicos de São Caetano do Sul estão fora da jurisdição do Sindicato dos metalúrgicos do ABC.

especialmente a partir dos anos 1990. Tenta-se demonstrar que o problema enfrentado pela ação trabalhista traz para o centro do debate, de um lado, uma nova pauta sindical nucleada na manutenção do emprego e que se associa a uma capacidade de transitar, com desenvoltura, do interior da empresa à comunidade, da sociedade civil às instituições políticas, enfim, do local e/ou regional ao nacional e/ou global. Estas são peculiaridades da prática dos metalúrgicos do ABC que trazem, em seu bojo, ações que se diferenciam, em muitos aspectos, de outras práticas sindicais, em um momento em que o sindicalismo está em xeque, em maior ou menor grau, no mundo contemporâneo.

O objetivo deste estudo é compreender, em que medida, as transformações ocasionadas pela reestruturação industrial, pelo processo de globalização, pelas mudanças na sociedade e no ambiente político, entre outros aspectos, afetaram a ação desses atores e levaram a uma nítida mudança no padrão de ação sindical dessa camada de trabalhadores: de uma prática mais confrontacionista e conflitiva, preponderante nos anos 1970-80, para uma atuação mais negociadora na década de 1990 e início dos anos 2000. Quais as razões dessas mudanças? Quais os aspectos tanto objetivos quanto subjetivos presentes nesta dinâmica? 1) Ocorreu, de fato, no período estudado, uma transição de uma estratégia que se baseava no confronto para outra que tem como ponto de partida a negociação; 2) Esse fenômeno pode ser descrito como a passagem de um “sindicalismo de oposição” para um “sindicalismo de controle”, na expressão de Touraine e Mottez ([1962], 1968, p.84-88) ou, de um sindicalismo de contestação para uma ação sindical voltada à participação; 3) No âmbito internacional há uma crise, sem precedentes, da instituição sindical. Se os sintomas desse processo chegaram tardiamente ao Brasil, a estratégia do sindicalismo-ABC enfrenta esta nova situação; 4) Há uma dimensão sócio-político na atividade deste movimento que levou a transformações na sua ação, nestes últimos trinta anos, e é parte de seu cotidiano.

Assim, nossa hipótese é que um estudo sobre a ação do sindicato dos metalúrgicos do ABC, face aos temas sublinhados anteriormente, poderá nos trazer elementos que ajudem à compreensão mais geral das possibilidades e limites da ação sindical e, ao mesmo tempo, um entendimento de como o principal sindicato brasileiro vem lidando com as dificuldades encontradas para a sua atuação e, porventura, que caminhos têm trilhado para continuar se mantendo a superfície no mar revolto destes novos/velhos tempos difíceis. Quais são as características dessa estratégia sindical que tem conseguido, nestes últimos trinta anos, a despeito de todas as dificuldades, continuar sendo representativa das classes trabalhadoras em sua região? Em que medida a dimensão sócio-política que compõem suas ações cotidianas está na base de sua imensa capacidade de se reestruturar, se reinventar, se reorganizar e, de outra

parte, construir e ampliar apoios, seja no âmbito local, regional, nacional ou global mantendo, ao mesmo tempo, sua identidade?

### A experiência do sindicalismo - ABC

Muitos dos aspectos da crise que ronda o mundo sindical nos países centrais chegaram tardiamente em nosso País. Em alguma medida, seus principais elementos só aportaram por aqui nos anos 1990. Isso se deve a vários fatores: naqueles países de capitalismo maduro as transformações que começaram a ocorrer no mundo do trabalho datam do final dos anos sessenta e início dos setenta.

É importante ressaltar, ainda, que a reorganização do movimento dos trabalhadores e do sindicalismo se deu, no Brasil, concomitantemente, com a luta pela redemocratização do final dos anos setenta até meados dos oitenta. Esse fato ajuda a explicar porque, enquanto nos países centrais estava em curso uma crise sem precedentes do mundo do trabalho e da instituição sindical, aqui estivesse ocorrendo um crescimento da ação trabalhista. A literatura mostra que, dos anos 1970 até nossos dias, apenas três países se colocaram na contramão do processo de crise vivida pelos sindicatos – em maior ou menor grau - em todo mundo: África do Sul, Coreia do Sul e Brasil (MOODY, 1997; SEYDMAN, 1994). Isso porque estes países presenciaram, nesse período, processos de lutas que levaram à democratização de suas sociedades e, nestes casos específicos, o emergente sindicalismo construiu, no bojo das demandas por liberdades democráticas, uma ponte para parcelas importantes da sociedade civil o que levou, em alguma medida, à legitimação da ação sindical. A pergunta que podemos nos fazer é, se essa dinâmica pode ter continuidade ou se foi puramente episódica.

No caso brasileiro, neste período – segunda metade dos anos sessenta e início dos setenta - ocorreu um crescimento importante do parque industrial e, em particular, das empresas de bens duráveis como, por exemplo, as montadoras. A região do ABC, e, principalmente, o município de São Bernardo do Campo foi, naquele momento, o principal território desse setor.

Atualmente, a forma de organização do trabalho e da produção no interior das grandes empresas nesta região, onde são comuns as células de manufatura, trabalho em grupo e múltiplas inovações organizacionais, situam para a empresa e para o empregado um dilema real: para que haja aumento da produtividade, melhoria da qualidade do produto e, por extensão, capacidade empresarial competitiva tanto no mercado interno quanto externo, é necessário que a companhia tenha a cooperação dos seus empregados para suas metas mais gerais de produção. Isso faz com que, hoje, pelo menos nas grandes empresas e, em especial, nas multinacionais, nesta

região, haja a necessidade do apoio da mão-de-obra para que a atividade produtiva possa fluir sem grandes óbices. Em contrapartida, apesar de todos os problemas inerentes a esta questão, as relações de trabalho passam a ter mais transparência e os trabalhadores conseguem condições para uma ação mais efetiva nos seus locais de trabalho.

O conjunto dessas ações resultou, paulatinamente, na construção de uma nova forma de atuação no campo das relações trabalhistas que, posteriormente, ficou conhecida como novo sindicalismo.<sup>7</sup> A passagem de uma luta extremamente defensiva e localizada para uma ação mais ampla, no final dos anos 70 e início dos 80, quando os conflitos começam a eclodir por todo o País, com grandes greves por categorias, por fábricas, e mesmo greves gerais, significou uma mudança na ação sindical no Brasil<sup>8</sup>. O momento mais significativo se expressou nas greves por fábrica que, iniciando-se em São Bernardo, em maio de 1978, se estendeu, em seguida, praticamente, por todo o território nacional (RODRIGUES, 1997).

Nos anos 1990, no entanto, como parte de um processo que já vinha se desenvolvendo na década anterior - fatos já ocorridos nos anos 70 nos países centrais -, houve uma mudança radical no que diz respeito às demandas do sindicalismo. Em função das transformações na produção, na organização e na gestão do trabalho - a chamada reestruturação produtiva – a agenda sindical focalizou o interior da empresa, discutindo mais diretamente temas relacionados à problemática do trabalho, sejam vinculados à organização e gestão do trabalho, seja aquelas questões relacionadas à remuneração variável, como a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) ou, ainda, os que dizem respeito à flexibilização da jornada de trabalho como banco de horas, além de mudanças organizacionais, introdução de novas tecnologias, trabalho em grupo, células de manufatura, entre outras.

De toda forma, a experiência do sindicalismo-ABC desde o final dos anos 1970 tem sido o de funcionar, com sua prática, guardadas as proporções, como uma referência para as relações entre capital e trabalho. Vale dizer, como uma espécie de laboratório das relações de trabalho no Brasil (RODRIGUES, 2002).

No que tange ao trânsito do emprego nas montadoras de uma cidade e/ou região a outra é importante observar que esse deslocamento espacial se iniciou nos anos 1980 com a instalação de unidades produtivas das empresas de automóveis em São José dos Campos e Taubaté. Nos anos 90, um novo “deslocamento da produção

<sup>7</sup> Vários pesquisadores estudaram esse movimento em seus vários momentos. Podemos citar, entre outros, Almeida, 1975; Antunes, 1988, 1991; Blass, 2001; Boito Júnior, 1991; Martins, 1994; Martins Rodrigues, 1990; Paranhos, 1999; 2002; Rainho e Bargas, 1983; Sader, 1988; Vêras de Oliveira, 2002. Para uma crítica da noção de “novo sindicalismo”, ver Santana (1999).

<sup>8</sup> Para uma discussão sobre sindicalismo e relações de trabalho no período inaugurado com as greves de 1978 até o segundo mandato de FHC ver Oliveira (2002, p.221-340).

dos novos modelos para as instalações localizadas fora do ABC, o que provocaria redução de empregos proporcionalmente maior nessa região do que nas outras”. Ademais, a instalação das novas montadoras, como sublinhado anteriormente, fora do eixo do ABC e da Grande São Paulo, por exemplo, Bahia, Minas Gerais; Catalão (Goiás), São Carlos, Sumaré e Indaiatuba (interior de São Paulo), bem como Paraná; Resende e Porto Real (interior do Rio de Janeiro) e no Rio Grande Sul, levariam a uma diminuição significativa da importância relativa da região do ABC como o espaço, por excelência, da indústria automobilística. (PANORAMA...,1998).

Os municípios que compõem o Grande ABC foram

[...] profundamente atingidos pelas recentes mudanças da política econômica brasileira, notadamente via descentralização de incentivos fiscais e financeiros à re-espacialização da atividade produtiva [assim], parte importante do desafio posto para essa região de [mais] de 2 milhões de habitantes está em produzir uma reconversão econômica rumo a serviços modernos, que garantam a manutenção e a criação de postos de trabalho igualmente de elevada qualidade.(GUIMARÃES; COMIN; LEITE, 2001, p.422).

Dessa forma, no último decênio, as mudanças que já vinham se desenvolvendo, paulatinamente, nesta região, explodem de vez: a vocação do ABC se transforma. De um pólo eminentemente industrial e berço da produção automotiva passa a ser um espaço regional de alta concentração do setor de serviços. Como são exemplos em regiões, estados e/ou municípios mais desenvolvidos em muitas partes do mundo.

Segundo Klink (2001, p.199)

[...] na década de 1990 o Grande ABC atravessou um momento difícil, com queda de postos de trabalho nos setores-chave como o setor metalúrgico, químico, metal-mecânico e automobilístico que é mais acentuada do que a redução de emprego nesses setores no estado de São Paulo como um todo.

No entanto, para este autor,

[...] muito mais que o reflexo de uma transformação mais estrutural do tipo daquela que ocorreu em economias regionais estrangeiras, os ganhos que a região obteve em determinados setores do terciário, como, por exemplo, os serviços técnicos e profissionais e o comércio varejista, relacionam-se com o caráter tardio de desenvolvimento desses setores no Grande ABC em relação à região metropolitana. Mesmo assim, a relativa participação de setores como os de serviços técnicos e profissionais no conjunto do emprego do Grande ABC, está ainda longe dos patamares da Capital, cuja pujança nesses setores permanece incontestável. (KLINK, 2001, p.199).

Diante da crise econômica local, os atores sociais e políticos da região têm desenvolvido uma ampla mobilização que é social, política e econômica no sentido de reverter este quadro. O momento de inflexão desse processo se deu com a experiência da Câmara Setorial da Indústria Automobilística, em 1992, quando a ação do Sindicato dos metalúrgicos do ABC foi decisiva para a consecução daquele acordo tripartite.

Em 1990, foi criado o **Consórcio Intermunicipal** (que congrega os prefeitos dos setes municípios do Grande ABC); em 1994, surgiu o **Fórum da Cidadania** (que chegou a contar com a participação de cerca de 100 instituições da sociedade civil da região); Em 1997, foi dado um passo adiante nesta mobilização com a **Câmara Regional do ABC** e, finalmente, em 1999, foi instaurado no âmbito da Câmara, a **Agência de Desenvolvimento do Grande ABC** que funciona como o órgão executivo da Câmara Regional. É importante ressaltar que, nesta dinâmica, o Sindicato dos metalúrgicos do ABC desempenhou um papel central como formulador, negociador, coordenador, enfim, indutor de políticas públicas, desde a década de 1990, voltadas ao desenvolvimento local e regional neste território.

Como observa Scott (2000, p.6) a região do ABC se constituiu, logo após a segunda Guerra Mundial, “como o primeiro centro de produção fordista do Brasil e seu crescimento foi especialmente acentuado após meados da década de 50, quando a indústria automobilística do País começou a se desenvolver mais intensamente”. Os anos de 60 e 70 e parte dos 80 foram de crescimento acelerado desse processo e trouxe prosperidade e crescimento para a região, transformando-a no “centro mais desenvolvido de atividades de fabricação avançada do País”. No entanto, já em meados dos anos 1980, a economia da região começou a mostrar elementos de uma crise aguda em suas potencialidades.

De forma muito parecida com os casos anteriores dos centros industriais fordistas da América do Norte e Oeste Europeu na década de 70, o avanço econômico da região do ABC estava agora sendo ameaçado por uma combinação de altos salários, sindicatos militantes, valores de terras em ascensão [crescimento urbano desordenado] etc... **Diante destas condições, há agora um momento político na região em que todos se unem em busca de soluções e, especialmente, de um novo modelo de desenvolvimento e crescimento econômico local.** (SCOTT, 2000, p.7, grifo nosso).

Este é o pano de fundo onde está localizada a atuação do Sindicato dos metalúrgicos do ABC. Esta dinâmica repousa na contenda entre atores sociais os mais diversificados, entre os quais se destacam, de um lado, as empresas montadoras e de autopeças e, de outro, a atuação organizada dos trabalhadores. É necessário, além disso, levar em conta a existência de uma plêiade de atores organizados que

participam ativamente das ações da sociedade civil da região: sejam aqueles oriundos dos movimentos sociais e políticos, assim como de outros segmentos organizados da sociedade. É a interação entre estes setores que, nos últimos trinta anos, tem ajudado a transformar a paisagem regional bem como a relação capital/trabalho. De toda maneira, em que pese os efeitos devastadores da reestruturação industrial na região, a instituição sindical dos metalúrgicos continua a desempenhar um importante papel no âmbito regional. Nesta nova fase, a ação sindical tem se voltado fortemente para a discussão de temas relacionados à regionalidade, como veremos a seguir.

### Uma nova fase da ação sindical?

A rigor, o período que vai do final de 1997 aos dias atuais, representa um interregno da ação sindical voltada primordialmente para o interior da empresa. Vários temas, demandas e iniciativas foram levados adiante e/ou veiculados pelo sindicalismo-ABC. O aparente “insulamento” (BOITO JÚNIOR, 1994) vivido pela ação sindical durante grande parte dos anos noventa começa a ser transformado.

É como se o padrão de ação sindical do ABC, no período anterior, tivesse tomado uma decisão racional com relação a fins: a situação era extremamente difícil para toda e qualquer ação sindical no País, diante da chamada ofensiva neoliberal. E, na verdade, o movimento dos trabalhadores, em especial o sindicalismo - Central Única dos Trabalhadores (CUT), desde a derrota de Luís Inácio Lula da Silva, em 1989, nas eleições presidenciais, mergulhou em uma crise profunda. Se, de um lado, esse processo político, social e econômico trouxe uma paralisia significativa na ação trabalhista naquele momento, de outro, as alterações no mundo do trabalho que já vinham ocorrendo nos países centrais chegam, mais fortemente, ao Brasil. Dessa forma, a aparente escolha do sindicato do ABC, no sentido de procurar manter sua identidade e representação junto à sua base e tentar diminuir, os efeitos devastadores da reestruturação industrial em suas fileiras foi, naquele momento, possivelmente, a saída menos danosa aos interesses de seus representados.

Analisando o sindicalismo no mundo contemporâneo, Waterman (1999) chama a atenção para o fato de que têm ocorrido, nestas últimas décadas, apesar da crise vivida pela instituição sindical e, talvez, por essa razão, muitos elementos inovadores que poderiam ser definidos pelo conceito de **novo sindicalismo social** ou *new social unionism* (NSU). Para este autor, as principais características presentes no NSU seriam, entre outras:

- 1) Capacidade de lutar tanto por melhores salários e condições de trabalho quanto de aumentar o controle do sindicato e dos trabalhadores sobre o processo de

trabalho, investimentos, novas tecnologias, realocização, subcontratação, políticas educacionais e de treinamento;

- 2) Lutar contra a hierarquia, formas de organização e relações de trabalho autoritários, ter preocupações com a relação entre o que produz e o meio-ambiente, defesa da redução das horas de trabalho etc;

- 3) Procurar se articular com outros movimentos e setores sociais, bem como com grupos democráticos policlassistas e movimentos de base e pluralistas. Por exemplo: movimentos eclesiais de base, das mulheres, de bairros, ecológicos, de direitos humanos e movimentos pela paz. O objetivo aqui é criar um amplo e diversificado movimento da sociedade civil em que o sindicalismo também estivesse inserido;

- 4) Se articular com outras forças políticas, tais como, partidos, frentes e até governos;

- 5) Levar em conta, ao máximo as novas questões que estão surgindo no interior da sociedade, isto é, a luta contra o racismo, burocracia, autoritarismo etc;

- 6) Favorecer a democracia no local de trabalho e apoiar todas iniciativas de relações horizontais entre os trabalhadores e entre estes e as forças sociais e/ou democráticas e/ou populares.

- 7) Ser ativo no âmbito da educação, cultura e comunicação, apoiando as iniciativas por democracia e pluralismo;

- 8) Favorecer os movimentos nos locais de trabalho, pela base e de contatos com a comunidade, assim como a solidariedade internacional;

- 9) Criar redes tanto no interior quanto entre organizações, compreendendo o valor de coalizões informais, horizontais e flexíveis desenvolvendo, ao mesmo tempo, grupos de interesses para o estímulo à organização democrática, ao pluralismo e à inovação (WATERMAN, 1999, p.260-261).

Quando observamos a ação dos metalúrgicos do ABC, nestes últimos anos, podemos verificar a existência de muitos dos aspectos sugeridos por Waterman. Temas como educação, formação profissional, políticas de treinamento, políticas públicas, alfabetização, meio-ambiente, demanda por melhorias salariais, por



melhores condições de vida e trabalho, discussão das condições de contratação, o tema da subcontratação e da terceirização, participação ativa em todas as atividades no âmbito local – do município, da comunidade. Além disso, esse sindicalismo se faz presente no âmbito regional, diante da importância do ABC, bem como nacional e internacionalmente. Na verdade, os argumentos utilizados por Waterman se coadunam, plenamente, com esta nova fase vivida pelo sindicalismo-ABC. Esta fase tem como ponto de partida os arranjos da Câmara Setorial da Indústria Automobilística, mas se inicia, realmente, a partir de 1997, com a criação da Câmara Regional do Grande ABC, ponto de partida para um conjunto de propostas de políticas públicas relacionadas com o tema do desenvolvimento regional.

**O Caderno de Resoluções do 3º. Congresso do Sindicato** (setembro/novembro de 1999), por exemplo, ao fazer um balanço das atividades levadas adiante, no período imediatamente anterior a este conclave observa que, no âmbito das políticas públicas relacionadas a emprego e renda, relembando a concepção presente na experiência das Câmaras Setoriais que teriam auxiliado na implementação da produção, da arrecadação e, de certo modo, mantido o emprego e a renda na cadeia produtiva cita as seguintes iniciativas: a Câmara Regional do ABC; várias das propostas levadas às autoridades estaduais e ao Presidente da República, no sentido de reativação industrial; realização do acordo emergencial – início de 1999 - que levou a uma redução das alíquotas, margens de lucro fixação de metas de produção, manutenção do nível de emprego e da arrecadação tributária; a proposta de incentivos para a renovação da frota nacional de veículos; a proposta de um contrato coletivo de trabalho no setor automotivo; criação da central de trabalho e renda da CUT, em Santo André, que contou com a parceria da prefeitura local, e da secretaria do Trabalho do Estado de São Paulo, entre outros.<sup>9</sup>

Na esfera da comunidade chama a atenção a dimensão social da experiência do Centro Cultural Francisco Solano Trindade, uma Organização não Governamental (ONG) que surgiu com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e de outros sindicatos da região e que está atendendo crianças de rua de São Bernardo e seus familiares, com apoio internacional dos trabalhadores de todas as fábricas da Volkswagen no mundo, que doam uma hora de trabalho por ano de seus salários para custear este programa.

De outra parte, algumas lutas recentes, como a tentativa de demissão de 10 mil funcionários na Volkswagen entre dezembro de 1997 e janeiro de 1998; a luta contra a demissão de 2.800 funcionários da Ford em dezembro de 1998; a luta contra o fechamento da fábrica da Multibrás em São Bernardo em janeiro/fevereiro de 1997; greve de uma semana na Volkswagen em novembro de 2001 e a reação

<sup>9</sup> Ver Camargo (2003).

frente a tentativa de demissão de 700 funcionários mensalistas da Mercedes-Benz em setembro de 2002 foram exemplos da capacidade desse Sindicato de articular as demandas de forma a se posicionar, muitas vezes, para o encaminhamento de uma questão de interesse dos seus representados, tanto no espaço local, regional quanto nacional e/ou global.

Além disso, os metalúrgicos do ABC têm incentivado atividades relacionadas com cooperativas de produção autogeridas. Há, no sindicato, um setor voltado para esta questão. E, o caso mais expressivo é a experiência da antiga Conforja e hoje Uniforja. É a maior forjaria da América Latina, produtora exclusiva de flanges para a Petrobrás e que havia falido por má gestão empresarial. Atualmente, é autogerida pelos 300 empregados que estão organizados em quatro cooperativas de trabalho (três de produção e uma de serviços). Em junho de 2003, os trabalhadores conseguiram financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) de, aproximadamente, 25 milhões de reais para a compra do passivo da empresa e para o investimento em máquinas e equipamentos.

Outro tema que está presente desde o início da década de noventa, com a experiência da Câmara Setorial Automotiva e que continuou por toda esta década com os acordos por empresa é a discussão, participação e interferência sindical – em maior ou menor grau – sobre política industrial, implementação de novas tecnologias, novos investimentos, novas formas de organização do trabalho e da produção e, em especial, sobre os rumos da política de reestruturação produtiva nas firmas da região, em especial, nas automobilísticas.

Há uma importante atividade voltada para a comunidade e, com um forte conteúdo social: é a experiência do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos do Grande ABC (MOVA REGIONAL). Em 1997, o Sindicato coordenou a “retomada do processo com os secretários de educação das prefeituras da região, o que resultou em 3 de novembro de 1997, no acordo firmado na Câmara Regional do Grande ABC, pelos sete municípios integrantes, de se criar o MOVA em cada cidade e organizar o MOVA Regional.” (GRANDE ABC..., 2003, p.77-79). Assim, entre 97 e 98 esse movimento foi organizado nas cidades de São Bernardo, Santo André, Mauá e Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Em Diadema essa atividade havia começado em 1995. Naquele ano havia 780 alunos, em 1996, (1.134 alunos), em 1997, (2.800), já em 1998, com a participação de, praticamente, todos os municípios do Grande ABC o número de alunos passou para 7.388 e, em 1999 chegou a 7.535 alfabetizando. Atualmente, estão em funcionamento um total de 406 salas de aula de alfabetização com cerca de 7.500 estudantes. “Pelo número de educadores populares nos cursos de capacitação e considerando a demanda de alunos, temos a perspectiva de formar mais 100 salas, que poderão atender mais 1.500 alunos, perfazendo um total de mais de 500 salas de aula e 9.000 alunos”.

Mesmo em uma única iniciativa do sindicalismo-ABC, a construção do Movimento de Alfabetização, muitos dos aspectos sugeridos por Waterman, para a discussão sobre o *new social unionism*, estão presentes. Há uma preocupação muito grande com o exercício da ação sindical voltada à cidadania. Neste e nos outros casos estudados, a dimensão vai além do social, vai além da cidadania ou, dito de outro modo, do sindicato cidadão (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2002). Aparentemente, a marca do sindicalismo-ABC é sua dimensão sócio-política e, nesta nova fase, com uma atuação voltada, fundamentalmente, para atividades relacionadas ao desenvolvimento regional.

Esta mesma dinâmica – de forma ampliada - pode ser encontrada na experiência da Câmara Regional do Grande ABC. Este é um **forum** que está funcionando desde 1997 e é fruto da iniciativa da sociedade civil da região, contando com a participação do Governo do Estado, Prefeituras, Legislativo, organizações sindicais e empresariais e outras entidades representativas. Funciona, pois, como um espaço de debate e negociação em nível regional, de certo modo semelhante ao que foi a Câmara Setorial Automotiva. Entre os principais objetivos da Câmara Regional, estão a revitalização econômica da região, a melhoria da qualidade de vida e a manutenção e geração de novos empregos. (BONIFACE, 2001; LEITE, 2003, especialmente partes III e IV; DANIEL, 2001)

É interessante notar que desde o surgimento da Câmara Regional do ABC, em 1997, foram assinados mais de 30 acordos de cooperação.

A criação da Câmara Regional do ABC se coaduna com os temas tratados anteriormente. Os aspectos abrangidos por este **forum**, que é um órgão construído no âmbito da sociedade civil, como foi sublinhado, vão muito além de aspectos sindicais e trabalhistas. Fazem parte do horizonte do sindicalismo-ABC, temas que são estritamente relacionados ao mundo do trabalho e aspectos que não são, olhando superficialmente, tão relacionados com os trabalhadores. A grande novidade, no entanto, da ação sindical dos metalúrgicos é a capacidade de perceber que, na verdade, todas essas partes, não são, senão aspectos do todo. E aí reside sua força. Por isso, a preocupação com a região, com as pessoas que vivem em seus municípios, com o turismo local, com o meio-ambiente, com aspectos econômico-financeiros, com a política de investimentos no espaço regional, enfim, com o desenvolvimento local e regional, criação de pólos tecnológicos, saúde, entre outros aspectos. Vale dizer, este padrão de ação sindical – pelas condições de desenvolvimento do capitalismo no Brasil – necessita criar condições para a atuação do **velho** sindicato, isto é, aquela instituição que negocia no chão de fábrica, que faz contratação coletiva nos moldes da atuação sindical nos Estados de Bem Estar e, ao mesmo tempo, desenvolve as bases para um sindicalismo **renovado** que tem nessas ações mais recentes o seu horizonte (ZYLBERSTAJN, 2003).

Como observa Arbix (2001, p.283),

[...] a nova configuração da capacidade produtiva instalada na região do ABC vem colocando em questão padrões de comportamento do setor público e da sociedade civil estabelecidos há décadas. Procurando se defender do declínio industrial, uma série de experiências de cooperação entre o setor público e o privado está fazendo do ABC um dos mais importantes laboratórios produtores de novas institucionalidades nos últimos vinte anos.

### Considerações finais

É dessa combinação de fatores que traz, a um só tempo, aspectos de **continuidades e mudanças** que estariam sendo criadas as possibilidades do nascimento de um sindicalismo que, se de um lado, tem uma grande preocupação e envolvimento com o conjunto da sociedade civil não se descuida, em momento algum, de buscar um forte enraizamento no interior das empresas com as comissões de fábrica, as comissões sindicais de empresa, a presença diuturna do sindicato no espaço fabril e que transita, com a mesma desenvoltura, da empresa para a sociedade e, se apóia na região para alcançar a esfera nacional e global<sup>10</sup>.

De outra parte, o nível de organização no interior das empresas na base do sindicato também é muito grande. É importante ressaltar que já nos anos 80, aproximadamente 50% da base sindical estavam representados por comissões de fábrica. No entanto,

[...] os avanços observados em relação à implementação das organizações nos locais de trabalho no período de duas décadas, se mantiveram limitados às montadoras e a um reduzido número de médias e pequenas empresas. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que, onde foi possível realizar esta experiência o trabalho sindical apresentou salto de qualidade, tendo contribuído para forjar uma nova cultura sindical. Ao final da década de 90, diante da perspectiva de um futuro cenário de liberdade e autonomia sindical no país, a categoria dos metalúrgicos assume uma nova estratégia: ampliar a organização nos locais de trabalho para uma parcela da categoria, por meio da criação dos comitês sindicais de empresa. (BARBOSA, 2002, p.74-75).

Desse modo, no período entre 1999 e 2002 foram criadas comissões sindicais no interior de 74 empresas, além da comissão dos aposentados, perfazendo 75

<sup>10</sup> Ver Ramalho (2000) , Santana e Ramalho (2003).

comissões sindicais de empresas com a participação de um número expressivo de trabalhadores nestes organismos de representação.

Enfim, apesar de todo esse vendaval que deixou a ação sindical na defensiva, na década passada, é notável que o sindicalismo-ABC tenha conseguido, de um lado, manter uma alta taxa de adesão dos empregados ao sindicato, (haja vista que o índice de sindicalização nas montadoras é de, aproximadamente, 75% do total dos empregados e, entre os trabalhadores diretos na produção alcança, aproximadamente, 90%) e, de outro, conseguiu manter em patamares relativamente elevados os salários destes trabalhadores, além de ter obtido um avanço notável na organização por local de trabalho.

Em resumo, esta ação sindical para defender seus interesses tem de estar cada vez mais sintonizada com os interesses da sociedade civil no âmbito regional e, em alguma medida, fazendo uma síntese na relação entre sociedade civil, mercado e classe para conseguir dar eficácia à sua atuação. Esta seria uma das explicações para a nova fase voltada ao desenvolvimento local e regional do sindicalismo-ABC.

### **THE LOCAL DIMENSION OF SYNDICAL ACTION: THE METALLURGISTS OF ABC**

**Abstract:** The aim of this work is to reflect on the action of the Metallurgist Workers Union of ABC – STM ABC – in the recent period, understanding the transformations occurred in the activity of this institution as a new phase in the action of metallurgists. We discuss the role of union strategies adopted to create a new dynamics, which focuses on the local development of the territorial area in its jurisdiction. The activity of the union has been, since the decade of 1990, to formulate, negotiate and coordinate local development forms. In the center of the union activity is a strong agglutinant role.

**Keywords:** Syndical action. Work relations. Metallurgists of ABC. Local development.

### Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas. **Debate & Crítica**, São Paulo, n.6, jul. 1975.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo**. São Paulo: Brasil Urgente, 1991.

\_\_\_\_\_. **A rebeldia do trabalho**. São Paulo: Ed. Unicamp: Ensaio, 1988.

ARBIX, Glauco. Desenvolvimento regional e guerra fiscal entre estados e municípios no Brasil. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; MARTIN, Scott (Org.). **Competitividade e desenvolvimento**: atores e instituições locais. São Paulo: Senac. 2001.

BARBOSA, Mário dos Santos. **Sindicalismo em tempos de crise**: a experiência da Volkswagen do Brasil. 2002. Dissertação (Mestrado)-Instituto de Economia da Unicamp: Campinas. 2002.

BECK, Ulrich. **The brave new world of work**. Cambridge: Polity Press, 2000.

BELUSSI, Fiorenza; GARIBALDO, Francesco. Variety of pattern of the pos-Fordist economy: why are the 'old times' still with us and the "New Times" yet to come? In: GRINT, Keith (Ed.). **Work and society**: a reader. Cambridge: Polity Press, 2000.

BEYNON, Huw. As práticas do trabalho em mutação. In: Antunes, Ricardo (Org.). **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

BLASS, Leila. **De volta ao futuro**. São Paulo: Edusc, 2001.

BOITO JÚNIOR, Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. De volta para o novo corporativismo: a trajetória política do sindicalismo brasileiro. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.8, n.3, jul-set. 1994.

BONIFACE, Dexter S. Post-Statist Development Initiatives in Greater 'ABC' São Paulo: a case study in innovation. In: Latin American Studies Association (LASA). Annual Convention. Washington, D.C. **Paper presented ...** Washington, D.C, 2001.

CAMARGO, Zeíra Mara. **O sindicato dos metalúrgicos do ABC e as ações regionais na década de 90**. 2003. Dissertação (Mestrado)-IMES, São Caetano do Sul, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DANIEL, Celso. Uma experiência de desenvolvimento econômico local: a Câmara Regional do Grande ABC. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; MARTIN, Scott (Org.). **Competitividade e desenvolvimento**: atores e instituições locais. São Paulo: Senac, 2001.

GRANDEABC em números. São Bernardo, Sub-seção do Dieese, Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 2003.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; COMIN, Álvaro A.; LEITE, Márcia de Paula. Por um jogo de soma positiva: conciliando competitividade e proteção ao emprego em experiências inovadoras de negociação no Brasil. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; MARTIN, Scott (Org.). **Competitividade e desenvolvimento**: atores e instituições locais. São Paulo: Senac, 2001.

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HYMAN, Richard. Where does Solidarity End?. **Transit-Europaeische Revue**, Frankfurt, n.24, p.1-7, 2002a.

\_\_\_\_\_. The Future of Unions. **Just Labour**, Toronto, v.1, p.7-15, 2002b.

KLINK, Jeroen Johannes. **A cidade-região**: regionalismo e reestruturação no Grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEITE, Márcia Paula. **Trabalho e sociedade em transformação**: mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

MARTINS, Heloisa de Souza. **Igreja e movimento operário no ABC**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS RODRIGUES, Leôncio. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Edusp, 1999.

\_\_\_\_\_. **CUT**: os militantes e a ideologia. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

MOODY, Kim. **Workers in a lean world**. London: Verso, 1997.

MUNCK, Ronaldo. **Globalisation and labour**. Zed books: London, 2002.

\_\_\_\_\_. Labour dilemmas and labour futures. In: MUNCK, Ronaldo; WATERMAN, Peter (Ed.). **Labour worldwide in the era of globalization**. London: Macmillan Press, 1999.

OLIVEIRA, Marco Antonio. **Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil**: da Era Vargas ao Governo FHC. 2002. Tese (Doutorado)-Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2002.

PANORAMA setorial: análise setorial: a indústria automobilística. São Paulo: Gazeta Mercantil; Campinas: Unicamp, 1998. v.1.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. **Mentes que brilham**: sindicalismo e Práticas Culturais dos Metalúrgicos de São Bernardo. Tese (Doutorado)-Departamento de História da Unicamp, Campinas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Era uma vez em São Bernardo**. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.

RAINHO, Luís Flávio; BARGAS, Osvaldo Martines. **As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo: 1977-1979**. São Bernardo: Associação Beneficente e Cultural dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, 1983.

RAMALHO, José Ricardo. Trabalho e sindicato: posições em debate na sociologia hoje. **Dados**, Rio de Janeiro, v.43, n.4, p.761-782, 2000.

REGINI, Marino. Introduction: the past and the future of social studies of labour movements. In: REGINI, Marino (Ed.). **The future of labour movements**, London: Sage, 1994.

RODRIGUES, Iram Jácome. Um laboratório das relações de trabalho: o ABC paulista nos anos 90. **Tempo Social**, São Paulo, v.14, n.1, p.137-157, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.). **O novo sindicalismo, vinte anos depois**. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Sindicalismo e política**: a trajetória da CUT. São Paulo: Scritta: Fapesp, 1997.

\_\_\_\_\_. O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.9, n.3, p.116-126, 1995.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. Política e história em disputa: o 'novo sindicalismo' e a idéia de ruptura com o passado. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). **O novo sindicalismo, vinte anos depois**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Org.). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

SCOTT, Allen. Revitalização industrial nos municípios do ABC, São Paulo. Relatório apresentado para a Agência de Desenvolvimento do ABC. [Santo André]: [s.n], 2000.

SEYDMAN, Gay W. **Manufacturing militance**: workers' movements in Brazil and South Africa, 1970-1985. Berkeley: University of California Press, 1994.

SENNETT, Richard. **A Corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

TOURAINÉ, Alain; MOTTEZ, Bernard. Classe operária e sociedade global. In: MARTINS RODRIGUES, Leôncio (Org.). **Sindicalismo e sociedade**, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. **Sindicalismo e democracia no Brasil**: atualizações (do novo sindicalismo ao sindicato cidadão). São Paulo: Departamento de Sociologia da USP, 2002.

WATERMAN, Peter. A new union model for a new world order. In: MUNCK, Ronaldo; WATERMAN, Peter. **Labour worldwide in the era of globalization**. London: Macmillan Press, 1999.

WESTERN, Bruce. **Between class and market**: postwar unionization in the capitalist democracies. Princeton: Princeton University Press, 1999.

ZYLBERSTAJN, Hélio. Os metalúrgicos do ABC: tentando construir o novo/velho sindicato no Brasil. In: CHAHAD, José Paulo Zeetano; CACCIAMALI, Maria Cristina. **Mercado de Trabalho no Brasil**: novas práticas trabalhistas, negociações coletivas e direitos fundamentais no trabalho. São Paulo: LTr, 2003.